apubh
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES - SN

INFORMATIVO

ESPECIAL Nº 7 AGOSTO DE 2001

Leia: é do seu interesse

Este informativo aborda algumas questões importantes para os professores aposentados. A possível taxação dos inativos ainda é pretensão do governo federal, que se movimenta sob a alegação de que deve aumentar as receitas públicas e se justifica com a idéia da "justiça social".

O Estatuto do Idoso está em pauta no Congresso Nacional. Se for implementado, resguardará, aos maiores de 60 anos, os direitos básicos.

Até o momento, o ministro da Previdência, Roberto Brant, não deu explicações convincentes sobre a demissão da secretária de Previdência Complementar, Solange Paiva Vieira. Sua saída vinha sendo pretendida por dirigentes de fundos de pensão. De acordo com o ministro, Solange adotava uma política "dura demais".


Vera Fernandes

Vários temas dos aposentados estão em pauta em Brasília

EDITORIAL

Aposentados: o governo na contramão

A Diretoria da APUBH vem acompanhando, com grande empenho, as demandas dos professores aposentados e tem participado dos principais fóruns que tratam de suas questões. Na contramão desse processo, o governo federal edita medidas que os prejudicam.

Sobre a concessão integral da GED (Gratificação de Estímulo à Docência), foram efetuadas várias gestões junto à Reitoria mas pouco ou nada se avançou. A APUBH decidiu, então, ingressar em juízo.Em primeira instância, obteve liminar desfavorável mas isso não impede uma futura decisão de mérito favorável.

Aos professores aposentados de 1° e 2° graus, foram retirados os 60% da bolsa posteriormente transformada em GID (Gratificação por Incentivo à Docência). Atenta a esse procedimento, a APUBH entrou com uma ação, mas teve negada a liminar, o que não impossibilita decisões favoráveis à matéria.

A GDAE (Gratificação.de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa Educacional), instituída pela Medida Provisória nº 2150-39, de 31 de maio, refere-se apenas aos técnicos administrativos. Ela resulta em corte da GAE, que foi obtida através de movimentos de greve há quase dez anos e configura direito adquirido até em caso de aposentadoria; no entanto, os atuais aposentados tiveram sua GAE transformada em vantagem pessoal, o que implica em congelamento no valor remuneratório, já que ela não incide sobre o vencimento básico.

Cabe também ressaltar que a GDAE ainda depende de regulamentação pois os servidores ativos serão avaliados e, certamente, nem todos poderão receber o total de 200%. A APUBH solidariza-se com os funcionários, cujo atual descontentamento já resultou em início de greve em várias IFES, e aguarda que a GDAE seja revertida pelo Congresso ou nos tribunais.

Inativos estão na mira para elevar receitas do governo

O presidente Fernando Henrique deixou uma grande brecha para que seja descontada a previdência dos inativos. Ao sancionar, com quatro vetos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2002, eliminou, do texto, o dispositivo que impedia o Executivo de considerar, entre receitas destinadas ao pagamento de pessoal, a arrecadação de tributos condicionados à aprovação de medidas legais.

Assim, fica aberta a chance de o governo, ao enviar a proposta orçamentária ao Congresso, propor aos parlamentares a taxação dos servidores federais inativos, como já fez no ano passado. A medida foi recusada e o Executivo acabou cortando, do orçamento deste ano, cerca de R$ 1,5 bilhão das emendas dos deputados e senadores.

A decisão dos deputados deve ocorrer antes de dezembro quando pode ser renovado o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para obtenção de ajuda financeira.

A crise na Argentina respingou no Brasil , com efeitos negativos para todos os trabalhadores, especialmente o funcionalismo público. A área técnica do governo prepara um conjunto de medidas para reduzir despesas com folha de pagamento.

Essas medidas vão tentar mostrar, para o mercado financeiro e o FMI, que o Planalto está disposto a manter o arrocho das contas públicas, ainda que a base política do governo esteja dividida em função das eleições de 2002.

A taxação dos inativos é um projeto antigo do governo. Na primeira votação no Congresso, foi aprovada mas o Supremo Tribunal Federal (STF) a suspendeu, por entender que as alíquotas adicionais cobradas representavam um confisco de rendimentos, pois chegavam a até 25%. O argumento do governo é de justiça social: enquanto todos os programas de transferência de renda, como bolsa-escola, seguro desemprego, custam R$ 25 bilhões por ano, o pagamento das aposentadorias dos servidores públicos atinge R$ 20 bilhões.

Aposentadoria alta

A equipe econômica estuda um aumento na contribuição previdenciária dos servidores com aposentadorias mais altas, variando de 13 a 15%, enquanto os demais funcionários pagariam 11%. Haveria isenção para quem ganha menos de R$ 600,00.

Como compensação, o governo admite aumentar o limite de isenção para o pagamento da contribuição, o que tornaria o projeto mais "palatável" politicamente. A proposta deve ser apresentada aos líderes do governo no Congresso quando começar a discussão sobre a taxação dos inativos.

Encontros

- Os assistentes sociais vão realizar a Conferência Estadual de Assistência Social entre os dias 18 e 20 de outubro no SESC/ Venda Nova. Maiores informações podem ser obtidas no Conselho Estadual de Assistentes Sociais.

A 3ª Conferência Nacional será promovida de 4 a 7 de dezembro, em Brasília. Informações pelo telefone (21-61) 223-1652, e-mail: cfess@persocom.com.br, site: www.cfess.org.br A APUBH deve enviar representantes para esses eventos.

- Os servidores públicos estão se organizando para realizar, em setembro, o 1º Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria. A data provável é de 17 a 20 e o local Brasília.

Limite de idade

O Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Sindapp) impediu, na Justiça, a aplicação do Decreto nº 3721/01, que estipulava um aumento da idade mínima para concessão de aposentadoria pelos fundos de pensão.

A liminar obtida vale para todos os 120 fundos de pensão filiados ao Sindicato. O limite de idade nos regulamentos em vigor é de 55 anos, mas a Secretaria de Previdência Complementar queria alterá-lo para 65 anos. A medida valeria não só para os novos planos como também para os já existentes antes do decreto.

Voluntários



Dar um pouco do próprio tempo para mudar o Brasil. Essa tem sido a atitude de muitos brasileiros que, de forma sincera, querem justiça social e um país melhor para se viver. Só que o Estado tem se desobrigado de muitas tarefas, com base no que é considerado um importante movimento da sociedade civil.

Uma pesquisa feita pelos consultores Kanitz&Associados mostrou que, de 1997 a 1999, o trabalho voluntário aumentou 42% no Brasil . A dinâmica não é apenas nacional: 2001 é o Ano Internacional do Voluntário e os 50 países que assinaram a declaração da ONU estão se empenhando na divulgação do trabalho voluntário.

Para especialistas na matéria, o conceito de cidadania deve substituir o de boa-vontade. O colaborador pode dar o que tem de melhor, atuando em uma área que domine, por um período de tempo definido.

Estatuto do Idoso

Visando aprimorar a condição dos cidadãos idosos maiores de 60 anos, o Projeto de Lei nº 3.561/97, que cria o Estatuto do Idoso, está em tramitação no Congresso.

Se o Estatuto for implementado, as pessoas maiores de 60 anos ficarão mais resguardadas em seus direitos - à vida, à liberdade, respeito à dignidade, saúde, educação, trabalho, cultura, profissionalização, previdência social, habitação, transporte, justiça, assistência social.

Tratamento

Aos idosos serão aplicadas as medidas de proteção sempre que seus direitos reconhecidos no Estatuto forem ameaçados ou violados. Em caso de práticas criminais contra eles, o Estatuto prevê as penalidades cabíveis em cada caso.

Espera-se que, após a aprovação do Projeto Lei, os idosos sejam em nosso país tratados de uma maneira que lhes garanta real melhoria em suas vidas.

Ministro ainda deve explicações sobre demissão

A demissão da secretária de Previdência Complementar, Solange Paiva Vieira, que vinha tentando moralizar a relação com os fundos de pensão, deixa dúvidas sobre a condução futura do governo. E coloca em xeque a postura do ministro da Previdência e Assistência Social, Roberto Brant, cuja atuação como deputado federal já mereceu nota zero do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) quanto à defesa dos direitos dos trabalhadores.

Solange foi exonerada após fiscalizar com rigor os fundos de pensão, tendo entregue ao ministro um pedido de intervenção no Portus. Este fundo da Petrobrás detém R$ 704,9 milhões em ativos mas apresenta uma insuficiência estimada em R$ 64,9 milhões de reservas para pagar benefícios. A patrocinadora tem também uma dívida de R$ 65,9 milhões com o Fundo.



Roberto Brant e FHC: por mais democracia

A ex-secretária deve voltar a seu cargo no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Brant alegou que Solange estava empregando métodos duros e dificultando o diálogo com os fundos de pensão. Indagado se o setor não precisava de um "choque", o ministro disse que esse choque "estava durando mais do que o necessário". Ele considerou equivocada a maneira como Solange tratava a questão de fundos em desequilíbrio financeiro e em desacordo com exigências legais.

Sabe-se que dirigentes de fundos de pensão estavam descontentes com a política adotada.

Conheça a Frente Parlamentar e de Entidades Civis e Militares em Defesa da Previdência Social Pública:

Coordenação: *Dep. Paulo Paim PT/RS; Dep. Arnaldo Faria de Sá PPB/SP*

Apoio: *Terceiro Secretário – Dep. Paulo Rocha PT/PA*

Entidades: *ANASPS – ANDES – ANFIP – ANPREV – ASA/CD – ASSISEFE – CNPL – CNTC – CNTA – CNTE – CONTEC – CNTEEC – CNTI – CNTM – CNTTT – COBAP – CONDSEF – CONTAG – CSPB – DIAP – DIEESE – FAAPERJ – FASUBRA – FEBRAFITE – FENADADOS – FENAFISCO – FENAFISP – FENAJUFE – FENASPS – FITTEL – FNP – MOSAP – SINASEFE – SINPRO – SINDTTEN – SINDLEGIS – UNACO/SINATEFC – Centrais: CAT – CCT – CGT – CUT e centenas de entidades regionais*

Assessoria – Terceira Secretaria – fone: 318-8085/8086/8088; fax.: 224-2862

Previdência

Como o DIAP vê Roberto Brant

Ministro da Previdência e Assistência Social – Indicado pelo PFL para substituir o senador Waldeck Ornellas (PFL/BA), Roberto Brant (MG) é um parlamentar experiente, cumprindo seu quarto mandato.

Advogado e professor, iniciou sua carreira política no governo do PMDB em Minas Gerais, onde foi presidente da Caixa e do Banco de Desenvolvimento Mineiro, além de subsecretário de Planejamento e Coordenação Geral do Estado (1972-1973) e secretário da Fazenda do Estado, no governo Hélio Garcia (1991-94). É considerado um dos homens fortes do grupo do ex-governador Hélio Garcia. Já passou pelo PP, PMDB, PRS, PTB, PSDB e recentemente filiou-se ao PFL.

Especialista nas áreas financeira e tributária, é privatista e adepto da economia de mercado. Goza de bom trânsito no Congresso e da admiração do presidente Fernando Henrique. Entrou no PFL com a promessa de que seria relator do Plano Plurianual, mas a relatoria coube ao PMDB. Foi escolhido, por sugestão de ACM e apoio do governo, relator da Proposta de Emenda Constitucional que regulamenta o uso de medidas provisórias. Em seu substitutivo, atendeu às duas principais reivindicações do Palácio do Planalto: a) permissão para legislar sobre matéria tributária e b) revogar o artigo 246 da Constituição, que proíbe a utilização de medida provisória para regulamentar dispositivo constitucional que tenha sido objeto de Emenda Constitucional. No PFL não é clara sua vinculação ao grupo político do senador Jorge Bornhausen (SC) e o vice-presidente da República Marco Maciel, embora também não pertença ao grupo de ACM, ainda que seja amigo do senador baiano. Tem sido um defensor do desconto da Previdência para aposentados.

Atualize seu endereço e e-mail junto à APUBH

Veja porque o DIAP deu nota zero em 1998, avaliando sua atuação dessa forma: Governista, defendeu o texto global da reforma da Previdência e a emenda da reeleição. Apoiou o projeto do contrato temporário e a MP 1595 que suprimiu direitos dos servidores públicos. Nas votações da ordem econômica, disse sim às propostas governamentais	
Exigência de Idade Mínima para aposentadoria pelo INSS	**Sim**
Texto base da Reforma Administrativa, com redução e flexibilização de direito	**Sim**
Extinção do Regime Jurídico Único estatutário no serviço público	**Sim**
Recomposição das perdas salariais dos aposentados e pensionistas desde 1991	**Não**
Redutor de até 30% no salário do servidor que passar para a inatividade	**Sim**
Quebra de estabilidade do servidor público da União, dos Estados e Municípios	**Sim**
Exigência de Idade mínima para aposentadoria do servidor público	**Sim**
Manutenção da irredutibilidade da remuneração do servidor público	**Não**
Redução salarial do servidor colocado em disponibilidade	**Sim**
Aumento de 40% no tempo de serviço do atual segurado do INSS para aposentadoria proporcional	**Sim**
Veja como foram as suas últimas votações – que continuam merecendo nota zero	
Fator Previdenciário, restrições ao Salário Maternidade e outros – PL 1527 (Novembro de 1999)	**Sim**
Salário Mínimo Regionalizado – Salário Mínimo de R$151,00 (Maio de 2000)	**Sim**
Projeto de Previdência Complementar, com grandes prejuízos ao trabalhador	**Sim**

IMPRESSO

DIRETORIA DA APUBH - GESTÃO 99/01

PRESIDENTE: Beatriz Couto

1º. VICE-PRESIDENTE: Ciomara Nunes

2º. VICE-PRESIDENTE: Rodney Saldanha

1º. SECRETÁRIO: Délcio Salomon

2º. SECRETÁRIO: José Antônio Armanelli

1ª. TESOUREIRA: Otávia Fernandes

2ª. TESOUREIRA: Rosângela Carrusca

1º. SUPLENTE: Maria Inês Toledo

2º. SUPLENTE: Juliana Bastos

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Ana Maria Rodrigues de Oliveira
Reg. Prof. 2.032/MG

Editoração: Mary O. Assis

APUBH - Rua Artur Itabirano, 70 São José/Pampulha CEP 31275-020 - BH/MG

Tel: (0xx31) 3441-7211
Fax: (0xx31) 3441-1303

e-mail: correio@apubh-ufmg.org.br
home page: www.apubh-ufmg.org.br